



Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - ES

RELATÓRIO DE GESTÃO 2025 CONSELHO DELIBERATIVO

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO
MUNICIPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ**

Santa Maria de Jetibá-ES, 06 de março de 2026



Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - ES

REPRESENTANTES:

Presidente Executivo

David Raasch

Diretora Administrativa e Financeira

Silvana Gumz

Contador

Andreia Bridi - Cedida - 01/01/2019 até 31/03/2025

Claudemir Barbosa Scopel - Efetivado: 17/02/2025

Procurador

Dr^a. Marinéia Dias Rocha - Cedida - 01/04/21 até 24/02/25

Licença Gestante: 18/06/2024 até 24/02/2025

Dr. Gilson Gomes Jr - Cedido - 18/06/24 até 28/02/25

Dr. Odair Martins Jr - Efetivado: 17/02/2025

Gerente de Benefícios Previdenciários - Interina

Silvana Gumz

Coordenadora Administrativa e Pessoal

Vanusa da Penha Ribeiro dos Santos

Coordenadora Contabilidade, Orçamento e Finanças

Raiana Hoffmann

Conselho Deliberativo

Titulares:

Sandra Mara Toepfer de Mattos - Presidente

Marilane Campista Gonçalves - Secretária

Adriano Haese

Hoquécio Pinheiro Lopes

Jacson Herbst

Suplentes:

Solange Plaster

Glaucia Schulz

Ireni Endringer Maia

Marilane Campista Gonçalves

Félix Berger Neto

Conselho Fiscal

Titulares:

Tusnelda Topfer - Presidente

Ivania Marquardt Campos - Secretária

Roberto Carlos de Oliveira

Suplentes:

Rosilene Stuhr de Souza

Patrick Máximo

Letícia Groner

Comitê de Investimentos

Kayo de Souza Kuster - Presidente

Sílvia Helena Ferreira de Freitas Giordani - Secretária

Andréia Bridi



Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - ES

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	04
2. UNIDADE GESTORA	04
3. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	04
3.1. Conselho Deliberativo	04
3.2. Conselho Fiscal	05
3.3. Comitê de Investimentos	05
3.3.1. Principais Competências do Comitê de Investimentos	06
4. ESTRUTURA DE PESSOAL	06
4.1. Provimento em Comissão	06
4.2. Provimento Cessão Efetivo	06
4.3. Provimento Efetivo	07
5. ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO	07
6. GESTÃO PATRIMONIAL	07
7. GESTÃO ATUARIAL	07
7.1. Relação de Empresas Atuariais	08
7.2. Plano de Amortização do Déficit Atuarial	09
7.3. Provisão Matemática e Comportamento Atuarial	09
8. PRO-GESTÃO RPPS	09
9. GESTÃO DE BENEFÍCIOS	10
9.1. Cadastro	10
9.2. Benefícios	11
9.2.1. Movimentação de Segurados, Aposentados e Pensionistas	11
9.2.2. Benefícios Concedidos	11
9.2.3. Evidenciação de Valores Despendidos com Pagamento dos Benefícios	11
9.3. Plano de Custeio	12
9.4. Atendimento ao Segurado	12
9.5. Compensação Previdenciária	13
10. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	13
10.1. Relação de Programas Insituídos no PPA 2022/2025	13
10.2. Comparação da Evolução das Receitas com as Despesas Orçamentárias	14
11. GESTÃO FINANCEIRA	15
11.1. Receita	15
11.2. Despesa	15
11.3. Investimentos	16
11.3.1. Política Anual de Investimentos	16
11.3.2. Gestão dos Investimentos	16
11.3.3. Asset Liability Management - ALM	17
12. PERÍCIAS MÉDICAS REVISORAS	18
13. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	18
13.1. Relatório de Despesas Administrativas	18
14. TRANSPARÊNCIA	19
15. REGULARIDADE TRIBUTÁRIA E PREVIDENCIÁRIA	19



Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - ES

16. CENSO PREVIDENCIÁRIO/RECADASTRAMENTO ANUAL/PROVA DE VIDA	20
17. INDICADOR DE SUFICIÊNCIA PREVIDENCIÁRIA-ISP/RPPS	20
18. CURSOS, CAPACITAÇÕES E CERTIFICAÇÕES	21
19. CONSIDERAÇÕES	21



Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - ES

1. INTRODUÇÃO

Este Relatório de Gestão de Encerramento busca demonstrar em síntese sobre as atividades desenvolvidas pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá, durante o período do ano de 2025.

2. UNIDADE GESTORA

Essa Unidade Gestora é uma Autarquia Municipal dotada de autonomia administrativa, patrimonial e financeira que tem em seu objetivo em garantir aos servidores efetivos municipais e seus dependentes, prestações de natureza previdenciária em caso de contingências que interrompam, deprecie ou façam cessar seus meios de subsistência.

Foi criada no dia 24 de fevereiro de 1994 por meio da Lei Municipal nº. 160/1994, após revogada pela Lei Municipal nº. 602/2001, do dia 10 de outubro de 2001 e alterações posteriores, e revogada pela Lei Complementar Municipal nº. 2.643/2022 do dia 08 de dezembro de 2022, com vigência a partir do ano de 2023. São os seguintes benefícios assegurados aos servidores efetivos municipais e seus dependentes; sendo eles: aposentadoria voluntária, aposentadoria compulsória, aposentadoria por incapacidade permanente, aposentadoria especial e pensão por morte.

A organização administrativa, composta pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos, é independente e conduzida pelos próprios segurados que administram os seus direitos previdenciários em conjunto com o Poder Executivo e fiscalizados pelo Poder Legislativo.

Para custear os benefícios que são de direito dos segurados, essa Autarquia Municipal conta com a contribuição dos servidores, a contribuição de jôia por cada ingresso de servidor a sua efetivação durante o período de 01 (um) ano, a contribuição patronal, o aporte financeiro para equacionar o déficit atuarial, as receitas pelo recebimento da compensação previdenciária, e com os recursos da rentabilidade da carteira de investimentos autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil-Bacen.

A contribuição dos servidores correspondem a alíquota de 14% (quatorze por cento) sobre o salário base e vantagens permanentes dos ativos, e também dos beneficiários cuja base ultrapasse o teto do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Enquanto a contribuição patronal que é repassada pelo Município de Santa Maria de Jetibá, Fundo Municipal de Saúde do Município de Santa Maria de Jetibá, Autarquia Municipal e a Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá, correspondem a alíquota de 17,20% (dezessete virgula vinte por cento) sobre a mesma base da contribuição dos servidores. O aporte financeiro tem seu valor definido em legislação específica, e os rendimentos da carteira de investimentos variam conforme mercado financeiro e econômico, e tendo sua regulamentação pela Resolução do Conselho Monetário Nacional-CMN nº. 4.963/2021.

3. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

3.1. Conselho Deliberativo

O Conselho Deliberativo é composto de 05 (cinco) membros titulares e seus suplentes, sendo:

- 03 (três) servidores titulares e seus suplentes de cargo de provimento efetivo, indicados pelo Chefe do Poder Executivo;
- 01 (um) servidor titular e seu suplente de cargo de provimento efetivo, eleito pelos servidores ativos em Assembleia Geral Ordinária;
- 01 (um) servidor inativo titular e seu suplente de cargo efetivo aposentado eleito pelos aposentados e pensionistas em Assembleia Geral Ordinária.

NOME	TITULAR	VALIDADE DA GESTÃO
Sandra Mara Toepfer de Mattos	Titular	31/03/2029



Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - ES

Solange Plaster	Suplente	31/03/2029
Marilane Campista Gonçalves	Titular	26/01/2026
Glaucia Schulz	Suplente	26/01/2026
Glaucia Schulz	Titular	31/03/2029
Bruno Augusto Vieira Pagel	Suplente	31/03/2029
Adriano Haese	Titular	31/03/2029
Ireni Endringer Maia	Suplente	31/03/2029
Hoquécio Pinheiro Lopes	Titular	31/03/2029
Marilane Campista Gonçalves	Suplente	31/03/2029
Jacson Herbst	Titular	31/03/2029
Félix Berger Neto	Suplente	31/03/2029

O mandato dos membros do Conselho Deliberativo é de 04 (quatro) anos. Os membros do Conselho Deliberativo se reúnem em caráter ordinária mensal e extraordinariamente sempre quando necessário, mediante convocação pelo Presidente ou por qualquer um de seus membros. Todas as atas das reuniões são disponibilizadas na página eletrônica, e podem ser acessadas em: www.ipssmj.es.gov.br.

Uma das principais competências do Conselho Deliberativo é o estabelecimento das diretrizes e normas gerais de organização, operação, atuação e administração da unidade administrativa.

3.2. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto por 03 (três) membros titulares e 03 (três) membros suplentes, sendo:

- 01 (um) servidor titular e seu suplente de cargo de provimento efetivo eleito pelos servidores ativos em Assembleia Geral Ordinária;
- 01 (um) servidor inativo titular e seu suplente de cargo efetivo aposentado eleito pelos aposentados e pensionistas em Assembleia Geral Ordinária.

NOME	TITULAR	VALIDADE DA GESTÃO
Tusnelda Topfer	Titular	31/03/2029
Rosilene Stuhr de Souza	Suplente	31/03/2029
Ivania Marquardt Campos	Titular	31/03/2029
Patrick Máximo	Suplente	31/03/2029
Roberto Carlos de Oliveira	Titular	31/03/2029
Letícia Groner	Suplente	31/03/2029

O mandato dos membros do Conselho Fiscal passou a ser de 04 (quatro) anos. Os membros do Conselho Fiscal se reúnem em caráter ordinária mensalmente para análise e aprovação do relatório de prestação de contas mensal e a aprovação do relatório de prestação de contas anual, e extraordinariamente sempre quando necessário, mediante convocação do Presidente ou por qualquer um de seus membros. Todas as atas das reuniões são disponibilizadas na página eletrônica, e podem ser acessadas em: www.ipssmj.es.gov.br.

A principal competência do Conselho Fiscal é acompanhar a gestão administrativa, econômica e financeira, e sugerindo ou alertando expressamente quem de direito, e para as irregularidades porventura verificadas.

3.3. Comitê de Investimentos

O Comitê de Investimentos é composto por 03 (três) membros, devendo serem servidores efetivos, e todos os membros deverão possuir escolaridade de nível superior com experiência em área financeira, administrativa, contábil, jurídica, fiscalização, atuarial ou auditoria, e comprovar aprovação



Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - ES

em exame de certificação específica para a função.

NOME	TITULAR	VALIDADE DA GESTÃO
Kayo de Souza Kuster	Titular	31/03/2029
Sílvia Helena Ferreira de Freitas Giordani	Titular	31/03/2029
Andreia Bridi	Titular	31/03/2029

O mandato dos membros do Comitê de Investimentos possui seu período determinado de atuação com vínculo em legislação ao mesmo período do Conselho Deliberativo. Cabe a Autarquia Municipal por meio de Portaria da Presidência Executiva a designação dos membros do Comitê de Investimentos, e podendo o mesmo também exonerar a qualquer momento quando houver necessidade de alterações em sua composição. O Comitê de Investimentos reúne-se mensalmente e extraordinariamente sempre quando necessário, e mediante a convocação da sua Presidência. Todas as atas das reuniões são disponibilizadas na página eletrônica, e podem ser acessadas em: www.ipssmj.es.gov.br.

3.3.1. Principais Competências do Comitê de Investimentos

I – Auxiliar ao Conselho Deliberativo na elaboração da Política Anual de Investimentos, aliando cenários econômicos;

II – Definir e rever, periodicamente, dentro da Política Anual de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo, as estratégias e diretrizes de curto prazo, que envolvam compra, venda e/ou realocação dos ativos da carteira de investimentos;

III – Acompanhar o desempenho da carteira de investimentos, em conformidade com os objetivos estabelecidos pela Política Anual de Investimentos;

IV – Avaliar, pré-selecionar e recomendar a seleção de gestores, administradores e custodiantes de investimentos e estabelecer os critérios para a alocação e realocação dos ativos entre as diversas carteiras e gestores;

V – Solicitar das instituições financeiras, relatórios detalhados dos riscos e retornos das aplicações financeiras;

VI – Garantir a gestão ética e transparente do Comitê de Investimentos;

VII – Conduzir quaisquer outros assuntos necessários para assegurar a prudência dos investimentos.

4. ESTRUTURA DE PESSOAL

O quadro de pessoal é composto pelos seguintes cargos abaixo descritos.

4.1. Provimento Comissão

CARGO	SERVIDOR	CARGA HORÁRIA
01 cargo Diretor Administrativo e Financeiro	Silvana Gumz	40 horas
01 cargo de Gerência de Benefícios Previdenciários - Interina	Silvana Gumz	40 horas
01 cargo de Coordenadoria Administrativa e de Pessoal	Vanusa da Penha Ribeiro dos Santos	40 horas
01 cargo de Coordenadoria de Contabilidade, Orçamento e Finanças	Raiana Hoffmann	40 horas
01 cargo de Perito Médico	Sem ocupação	20 horas

4.2. Provimento Cessão Efetivo

CARGO	SERVIDOR	CARGA SEMANAL
-------	----------	---------------



Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - ES

01 Presidente Executivo	David Raasch	40 horas
-------------------------	--------------	----------

4.3. Provimento Efetivo

A Autarquia Municipal possui atualmente em seu quadro servidores de cargos estatutários, e tendo por meio de cessão em que está cedido o servidor que atua como Presidente Executivo. Por meio do envio de Projeto de Lei para apreciação do Poder Executivo para criação em legislação visando a reestruturação com o plano de cargos, carreiras e vencimentos, após alcançarmos a Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social - Pró-Gestão RPPS, foi aprovada a Lei Complementar Municipal nº. 2.643/2022, e posteriormente possibilitando a realização de concurso público para efetivação de servidores. Essa legislação teve vigência começando a vigorar no ano de 2023 em diante, e ao final do exercício de 2023 houve a publicação do Edital nº. 01/2023. A convocação para efetivação foi feita no início do exercício de 2025. Seguem cargos ocupados de efetivos:

CARGO	SERVIDOR	CARGA HORÁRIA
01 Administrador	Cadastro Reserva	30 horas
01 Advogado	Odaír Martins Jr.	20 horas
01 Assistente Administrativo	Sem Nomeação	40 horas
01 Contador	Claudemir Barbosa Scopel	30 horas

5. ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO

A gestão previdenciária da Autarquia Municipal está subordinada aos Órgãos fiscalizadores abaixo descritos:

- Conselho Fiscal;
- Controladoria Geral;
- Poder Legislativo;
- Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;
- Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social. Secretaria de Regime Próprio e Complementar. Ministério da Previdência Social.

6. GESTÃO PATRIMONIAL

A evidenciação de ativos de maior relevância, em destaque são os ativos do fundo previdenciário que são as aplicações financeiras que somam o valor final neste exercício até o momento de R\$ 145.318.197,05 (cento e quarenta e cinco milhões, trezentos e dezoito mil, cento e noventa e sete reais e cinco centavos).

7. GESTÃO ATUARIAL

A avaliação atuarial tornou-se uma ferramenta indispensável à sustentabilidade dos Regimes Próprios de Previdência Social, normalmente e conforme legislação pertinente, uma vez ao ano realiza-se esse estudo técnico por meio do qual o Atuário mensura os recursos/patrimônio necessários para a cobertura dos benefícios oferecidos/compromissos pelo plano de benefícios.

A elaboração dá-se a partir de dados estatísticos da população coberta pelo plano, aí inclusos, a taxa de mortalidade, taxa de sobrevivência após a aposentadoria, taxa de invalidez por doenças e por acidentes, taxa de retorno esperada para os investimentos, entre outros.



Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - ES

Utilizando fórmulas e cálculos matemáticos, em que o Atuário avalia a saúde financeira do fundo de previdência. Normalmente, valendo-se como parâmetros a data de nascimento do servidor, a existência de cônjuges, companheiros ou filhos e suas datas de nascimentos, o valor de sua remuneração, tempo anterior de contribuição ao ingresso no Ente Federativo, percentual de contribuição, tábuas biométricas, rentabilidade de recursos disponíveis, valor de compensação previdenciária a receber, dentre outros pontos observados.

A ausência de realização da avaliação atuarial descumpre o artigo 40 da Constituição Federal de 1988, o artigo 1º da Lei nº. 9.717/1998 e o artigo 69 da Lei Complementar nº. 101/2000. Além de também implicar a não renovação do Certificado de Regularidade Previdenciária-CRP.

Ressalta-se que assim como os cálculos atuariais, as projeções apresentadas são extremamente sensíveis às hipóteses atuariais adotadas e às informações cadastrais disponíveis. Assim, a alteração destas informações podem impactar profundamente na apresentação dos resultados demonstrados.

Ademais, ressalta-se também a importância da regularidade e pontualidade das receitas de contribuição a serem auferidas pelo RPPS. Quaisquer receitas lançadas e não efetivadas pelo Ente Federativo ou segurados deverão ser atualizadas monetariamente e acrescidas de juros a partir da data em que foram devidas.

Em análise demonstrando o comportamento do deficit em busca do equilíbrio atuarial nos últimos 05 (cinco) anos. As informações constam na página eletrônica em Governança Corporativa, em Relatório de Gestão Atuarial, e demonstrando que esse déficit atuarial vem anualmente diminuindo. Documentos acessíveis em: www.ipssmj.es.gov.br.

7.1. Relação de Empresas Atuariais

Segue a relação das empresas e Atuários responsáveis pelas avaliações atuariais dos últimos 05 (cinco) anos:

2021 / 2022 / 2023 / 2024 / 2025	
Empresa	Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda
e-mail	rpps@etaa.com.br
CNPJ:	57.125.353/0001-35
Endereço	Avenida Afonso Mariano Fagundes, nº. 137 - Saúde - CEP: 04054-000, São Paulo – SP, (11) 2626-7045
Atuário	Richard Mendes Dutzmann – MIBA nº. 935
Contrato 2021	002/2021 no valor de R\$ 5.345,00
Contrato 2022	002/2022 no valor de R\$ 6.970,00
Empresa	Empresa I. F. Atuarial Ltda
e-mail	financeiro@atuarialconsultoria.com.br
CNPJ:	10.541.510/0001-20
Endereço	Avenida José Monteiro de Figueiredo, nº 212 - Edifício Goiabeiras Executive Center - Sala nº. 401 - Bairro Duque de Caxias - CEP: 78.043-300, Cuiabá – MT, (65) 3621-8267
Atuário	Igor França Garcia – MIBA/RJ nº. 1.659
Contrato 2023	001/2023 no valor de R\$ 6.500,00
Empresa	Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda
e-mail	rpps@etaa.com.br
CNPJ:	57.125.353/0001-35
Endereço	Avenida Afonso Mariano Fagundes, nº. 137 - Saúde - CEP: 04054-000, São Paulo



Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - ES

	– SP, (11) 2626-7045
Atuário	Richard Mendes Dutzmann – MIBA nº. 935
Contrato 2024	002/2024 no valor de R\$ 10.200,00
Contrato 2025	003/2025 no valor de R\$ 11.800,00

7.2. Plano de Amortização Déficit Atuarial

Em relação ao plano de amortização do déficit atuarial estabelecidas inicialmente pela Lei Municipal nº. 995/2007, e posteriormente alteradas conforme cada avaliação atuarial, constando a legislação do período de 2024 pela Lei Municipal nº. 2.808/2024, com finalidade para suprir o déficit apurado na avaliação atuarial. Segue demonstrado com os últimos 05 (cinco) anos da receita decorrente de aporte atuarial sem as correções:

2021	2022	2023	2024	2025
R\$ 3.897.150,44	R\$ 4.639.000,86	R\$ 5.395.298,58	R\$ 6.363.107,41	R\$ 6.363.107,41

7.3. Provisão Matemática e Comportamento Atuarial

O quadro abaixo demonstra a evolução apontada nas últimas 05 (cinco) avaliações atuarias, conforme segue demonstrado:

Data da Avaliação	Provisão Matemática (R\$)	Patrimônio (R\$)	Cobertura
DEZ/2021	R\$ 192.793.705,22	R\$ 79.547.847,12	41,26%
DEZ/2022	R\$ 202.536.064,44	R\$ 89.919.472,99	44,40%
DEZ/2023	R\$ 219.626.626,29	R\$ 106.484.099,85	48,48%
DEZ/2024	R\$ 231.382.157,59	R\$ 121.493.232,33	52,51%
DEZ/2025	R\$ 291.372.138,61	R\$ 145.318.197,05	50,34%

Fonte: Dados da Avaliação Atuarial para o ano de 2025 e as concluídas dos anos anteriores. Empresa Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda do ano de 2021, 2022, 2024, e ano de 2025, e a Empresa I.F. Consultoria Atuarial Ltda do ano de 2023.

8. PRÓ-GESTÃO RPPS

O Pró-Gestão RPPS é um Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, criado pelo Ministério da Previdência Social, por força da Lei Federal nº. 13.341/2016, que tem o fundamento de atribuir e exercer a orientação, com supervisão, e com acompanhamento dos RPPS's, estabelecendo e publicando parâmetros, e diretrizes gerais para organização e funcionamento nos termos do Art. 9º, I e II da Lei nº. 9.717/1998, objetivando auxiliar os Entes Federativos na melhoria da gestão dos RPPS's, por meio do aprimoramento do controle dos ativos e passivos previdenciários e dar uma maior transparência no relacionamento destes com os segurados e a sociedade.

O Pró-Gestão RPPS vem trazer benefícios para gestão, e com oportunidade em adquirir maiores conhecimentos em aprimorar o controle dos ativos e passivos e o aumento de sua credibilidade. A certificação requer a adoção de padrões de qualidade, em conformidade com os requisitos estabelecidos em cada uma das ações das 03 (três) dimensões descritas no Manual do Pró-Gestão RPPS, sendo:

- Controle Interno;
- Governança Corporativa; e
- Educação Previdenciária.

O Termo de Adesão do Município de Santa Maria de Jetibá – ES juntamente com essa Autarquia Municipal foi assinado em 05 de fevereiro de 2021. Após as providências tomadas durante esse período em que houve a adesão, e foi certificada pelo Instituto de Certificação Qualidade Brasil – IQC Brasil,



Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - ES

alcançando a Certificação no Nível I na data do dia 03/06/2022, em referência ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios – Pró-Gestão RPPS. Essa Autarquia Municipal veio buscando gradativamente no decorrer do ano anterior e durante o primeiro semestre do ano de 2025 a adequação das ações para a sua Certificação no **Programa Institucional do Manual do Pró-Gestão RPPS**, com migração para o **NÍVEL II**, e durante esse processo várias ações foram ajustadas e implementadas que buscam a melhoria e a boa prática da Gestão Previdenciária. Durante o 1º semestre do ano de 2025 começamos a finalizar a adoção dos requisitos e a contratação para a sua renovação com migração em nível superior da Certificação no Programa Institucional do Manual do Pró-Gestão RPPS, e em busca do **Nível II**. Foi concedida a certificação pela Empresa: **INSTITUTO TOTUM DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA**, CNPJ 05.773.229/0001-82, São Paulo - SP, em que foi celebrado o contrato nº. 001/2025 entre ambas as partes para a certificação almejada no **Nível II**, e que foi concedida em **03/06/2025**, com validade até o dia **03/06/2028**.

9. GESTÃO DE BENEFÍCIOS

A Autarquia Municipal tem como visão ser referência na gestão e prestação de serviços previdenciários, garantindo com isso a sustentabilidade do Instituto Previdenciário, bem como atendimento dos segurados e seus dependentes concedendo benefícios temporários e permanentes caso haja perda da capacidade de trabalho do servidor e aos dependentes do segurado a manutenção da renda de sua família quando ele vier a faltar, seja por falecimento ou ausência declarada pela Justiça. Engajado com esta visão realiza as seguintes atividades para uma adequada gestão previdenciária:

- Cadastro;
- Benefícios;
- Plano de Custeio;
- Atendimento ao Segurado;
- Compensação Previdenciária – Comprev.

9.1. Cadastro

Essa Autarquia tem em sua base de dados o montante de 1.273 (mil e duzentos e setenta e três) segurados ativos, 241 (duzentos e quarenta e um) segurados aposentados e 36 (trinta e seis) segurados pensionistas, cadastrados até a data de 31 de dezembro de 2025. Ressaltando que a base de dados de informações previdenciárias dos servidores é o pilar de sustentação das avaliações atuariais. A partir dela todo o estudo técnico atuarial é desenvolvido e as alíquotas de equilíbrio são calculadas.

Para a avaliação atuarial apresentar um resultado fidedigno às características da população, é de suma importância que o cadastro dos servidores seja de qualidade, com um alto nível de confiabilidade e de consistência das informações.

A tabela abaixo, demonstra a situação dos segurados cadastrados na base de dados, bem como o quantitativo, a distribuição por sexo e por categoria, segundo dados cadastrais no sistema da Autarquia, com a base dos dados ao final do exercício de 2024, onde segue:

Situação da Cobertura da Massa	Quantidade	
	Mulher	Homem
Ativos PMSMJ	603	356
Ativos FMS	202	100



Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - ES

Ativos CMSMJ	08	02
Ativos IPS/SMJ	00	02
Aposentadorias	192	49
Pensionistas	27	09
Total	1.032	518

9.2. Benefícios

➤ Essa Autarquia garante aos segurados os seguintes benefícios:

Segurados	Dependentes
Aposentadorias	Pensão por Morte

Os demonstrativos a seguir indicam a evolução da concessão dos benefícios que avançam gradativamente no aumento de suas concessões, como pode-se verificar e a movimentação dos segurados de uma forma geral.

9.2.1. Movimentação de Segurados, Aposentados e Pensionistas

A movimentação durante os últimos 05 (cinco) anos dos segurados distribuídos em Ativos, Inativos e Pensionistas, conforme sua distribuição foi a seguinte:

ANO	ATIVOS	APOSENTADOS	PENSÃO
2021	999	209	37
2022	978	212	35
2023	938	216	36
2024	1.227	233	37
2025	1.273	241	36

9.2.2. Benefícios Concedidos

Durante o exercício, essa Autarquia concedeu os seguintes benefícios de aposentadoria e pensão, conforme fica evidenciado abaixo:

	ENTIDADE	APOSENTADORIA	PENSÃO	ANO
2025	PMSMJ	09	00	09
	FMS	00	00	00
	CMSMJ	00	00	00
	IPS/SMJ	00	00	00
	ÓBITOS	01	02*	01
	GERAL 31/12/2025	241	36	XX

* Obs. Um óbito de Pensionista é de uma rescisão por maioria.

9.2.3. Evidenciação de Valores Despendidos com Pagamento dos Benefícios

Os valores despendidos com o pagamento dos benefícios concedidos durante os últimos 05 (cinco) anos são os seguintes:

Ano	Órgão	Especificação	Valor	
			Aposentadorias + Pensões	Licenças + Auxílios
2021	Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá	Manutenção da Previdência do Servidor - Executivo	R\$ 8.683.777,52	-
		Manutenção da Previdência do Servidor - Legislativo	R\$ 95.580,11	-
			R\$ 8.779.357,63	



Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - ES

2022	Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá	Manutenção da Previdência do Servidor - Executivo	R\$ 10.166.796,21	-
		Manutenção da Previdência do Servidor - Legislativo	R\$ 99.527,14	-
			R\$ 10.266.323,35	
2023	Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá	Manutenção da Previdência do Servidor - Executivo	R\$ 10.856.154,36	-
		Manutenção da Previdência do Servidor - Legislativo	R\$ 91.161,59	-
			R\$ 10.947.315,95	
2024	Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá	Manutenção da Previdência do Servidor - Executivo	R\$ 11.591.107,50	-
		Manutenção da Previdência do Servidor - Legislativo	R\$ 94.385,91	-
			R\$ 11.685.493,41	
2025	Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá	Manutenção da Previdência do Servidor - Executivo	R\$ 13.838.994,56	-
		Manutenção da Previdência do Servidor - Legislativo	R\$ 103.297,98	-
			R\$ 13.942.292,54	

Considerando a promulgação da Emenda Constitucional nº 103/2019, os RPPS's passaram a arcar somente com os benefícios de aposentadorias e pensões, sendo que os benefícios de auxílio doença, licença maternidade, auxílio reclusão e salário família passaram a ser suportados pelo Ente Federativo.

9.3. Plano de Custeio

O Plano de Custeio atual da Autarquia está regulado na Lei Complementar Municipal nº. 2.643/2022 e alterações posteriores, em que estão definidas alíquotas contributivas dos segurados e do Ente Federativo, sendo esta calculada sobre o salário de contribuição dos segurados ativos, realizada da seguinte forma:

Contribuinte	Alíquota
Ente Federativo	17,20%
Servidor Ativo	14,00%
Servidor Aposentado	14,00%
Pensionista	14,00%

- Alíquota de 14,00% dos aposentados e pensionistas se aplica para valores que ultrapassam o teto máximo de contribuição do Regime Geral da Previdência Social-RGPS.

A tabela abaixo demonstra o valor de arrecadação de contribuições previdenciárias no exercício de 2025 por essa Autarquia:

Órgão	Contribuição do Segurado	Contribuição Patronal
Prefeitura	R\$ 5.375.098,61	R\$ 6.352.996,45
Fundo Municipal de Saúde	R\$ 1.865.675,25	R\$ 2.219.817,78
Câmara Municipal	R\$ 66.796,69	R\$ 82.064,11
IPS/SMJ-Efetivos e Cedidos	R\$ 26.824,41	R\$ 28.303,48
IPS/SMJ-Aposentados e Pensionistas	R\$ 43.515,47	R\$ 0,00
IPS/SMJ-Servidor Licenciado	R\$ 22.277,81	R\$ 27.369,89

9.4. Atendimento ao Segurado

É realizado atendimentos aos segurados em sua Sede, prestando informações, assim como a simulação de aposentadorias, e a situação do benefício, Censo Previdenciário e o Recadastramento



Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - ES

Anual com Prova de Vida, Certidões de Tempo de Contribuição - CTC, entre outros documentos requeridos.

9.5. Compensação Previdenciária

A compensação previdenciária tem finalidade e objetivo em operacionalizar a compensação entre o Regime Geral da Previdência Social - RGPS e o Regime Próprio de Previdência Social-RPPS, nos casos em que há contagem recíproca de tempo de contribuição em ambos para efeito das aposentadorias e das pensões. A Lei Federal nº. 9.796, de 05/05/1999 dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral da Previdência Social - RGPS e o Regime Próprio de Previdência Social-RPPS. O Decreto nº. 3.112/1999 e a Portaria MPAS nº. 6.209/1999, alterada pela Portaria MPS nº. 98/2007, regulamentam e estabelecem procedimentos operacionais para a realização da compensação financeira.

Deu-se início aos processos de compensação previdenciária no segundo semestre de 2019, quando houve ação concreta para adesão ao sistema sendo disponibilizado o sistema com acesso de usuário e senha. Existem no sistema operacional o envio de 57 (cinquenta e sete) requerimentos de compensações previdenciárias em favor dessa Autarquia Municipal, e existindo nesses processos averbações efetivadas do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS pelos segurados, e estando homologados pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCE/ES.

Realizamos os procedimentos em exercícios anteriores para nova adesão ao sistema devido a migração do sistema antigo para um novo sistema, conforme Decreto nº. 10.188 de 20 de dezembro de 2019, Ofício Circular SEI nº. 3369/2020/ME de 25 de setembro de 2020 e Ofício Circular SEI nº. 4114/2020/ME de 18 de novembro de 2020, que informa acerca do cronograma de implementação do NOVO COMPREV, contemplando a compensação entre o Regime Geral de Previdência Social – RGPS e os Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS. Sendo finalizada toda a parte de envio de documentos, e findando o ano de 2021 com a adesão ao novo sistema do COMPREV, assinando o contrato nº. 002903/2021 em 20 de dezembro de 2021, com a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – DATAPREV S.A.

Com o novo sistema de compensação previdenciária em execução durante o exercício de 2025, continuamos recebendo as receitas via depósitos oriundos do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em que foram recebidos valores de compensação financeira no montante de R\$ 262.364,57 (duzentos e sessenta e dois mil, trezentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos), e recebimento de receitas do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo - IPAJM no montante de R\$ 221.948,74 (duzentos e vinte e um mil, novecentos e quarenta e oito reais e setenta e quatro centavos), e até ao final do exercício de 2025 efetuamos os pagamentos do valor de R\$ 3.912,90 (três mil, novecentos e doze reais e noventa centavos) ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município da Serra - IPS/Serra.

10. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A Lei Orçamentária Anual – LOA, contempla para esta Unidade Gestora as atividades que são referentes aos programas estabelecidos no PPA de 2022/2025, conforme segue demonstrado em diante.

10.1. Relação de Programas Instituídos no PPA 2022/2025

Código	Nome
0030	APOIO ADMINISTRATIVO - IPSSMJ
0031	PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - APOSENTADOS E PENSIONISTAS
0048	APOIO A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - IPSSMJ



Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - ES

9999

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Dos programas acima relacionados foram contemplados na Lei Orçamentária Anual para 2025, em que temos 05 (cinco) projetos/atividades onde podemos verificar as execuções, conforme abaixo:

Órgão	Especificação	Atividade	Executado	Não Executado	Valor Executado Empenhado	Valor Executado Liquidado
Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá	Implantação e Manutenção do Programa de Certificação Instituição e Modernização da Gestão do RPPS – Pró-Gestão RPPS	Projeto	X		R\$ 21.050,00	R\$ 21.050,00
	Manutenção das atividades administrativas	Atividade	X		R\$ 1.178.384,32	R\$ 1.166.481,35
	Manutenção da Previdência do Servidor - Executivo	Atividade	X		R\$ 13.839.296,61	R\$ 13.838.994,56
	Manutenção da Previdência do Servidor - Legislativo	Atividade	X		R\$ 103.297,98	R\$ 103.297,98
	Manutenção da Previdência Complementar	Atividade		X	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Reserva de Contingência	Reserva		X	R\$ 0,00	R\$ 0,00
GERAL			04	02	R\$ 15.142.028,91	R\$ 15.129.823,89

Das atividades acima podemos detalhar abaixo o que efetivamente foi realizado:

- **Pró-Gestão RPPS:** Esse projeto teve em seu objetivo definido com as ações por meio dos documentos estabelecidos, e com os compromissos e obrigações assumidos, em que são necessários para alcançar a certificação no nível de aderência pleiteado, e por meio da assinatura do Termo de Adesão em que foram estabelecidas diretrizes para o alcance desse objetivo.
- **Administração Geral:** Esta atividade em sua nomenclatura tem como identificar a sua finalidade, ou seja, realiza-se despesas com pessoal, encargos, materiais de expediente, de limpeza, alugueis, serviços diversos de pessoa física e jurídica (telefone, aluguel, manutenção de Software, publicação de atos oficiais e outros), necessários à manutenção das atividades administrativas da Autarquia Municipal para o seu pleno funcionamento.
- **Previdência do Servidor:** Esta atividade é destinada a cobrir despesas com a folha de pagamento dos servidores inativos e pensionistas do Executivo.
- **Previdência do Servidor – Legislativo:** Esta atividade é destinada a cobrir despesas com a folha de pagamento dos servidores inativos e pensionistas do Legislativo.
- **Manutenção da Previdência Complementar:** Esta atividade tem como objetivo em oferecer uma proteção por complementação ao servidor para sua aposentadoria, em caráter facultativa, buscando acumular reservas ao longo de sua capitalização para que futuramente possa desfrutar dessa complementação quando estiver aposentado.
- **Reserva de Contingência – Dotação global** não especificamente destinada a determinado Órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais.

10.2. Comparação da Evolução das Receitas com as Despesas Orçamentárias

Segue abaixo quadro comparativo das despesas e receitas dos últimos 05 (cinco) exercícios:

EVOLUÇÃO RECEITAS X DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS					
DESCRIÇÃO	2021	2022	2023	2024	2025
Empenhadas	R\$ 9.271.640,60	R\$ 10.784.512,35	R\$ 11.989.693,96	R\$ 12.799.327,29	R\$ 15.205.947,55



Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - ES

Liquidadas	R\$ 9.265.682,60	R\$ 10.777.542,35	R\$ 11.901.493,96	R\$ 12.787.804,04	R\$ 15.136.961,83
Pagas	R\$ 9.263.492,31	R\$ 10.764.510,98	R\$ 11.897.375,10	R\$ 12.783.851,49	R\$ 15.120.065,87
Receitas	R\$ 16.777.621,76	R\$ 21.215.528,01	R\$ 31.488.661,07	R\$ 30.495.527,52	R\$ 40.919.817,47
Superávit	R\$ 7.505.981,16	R\$ 10.431.015,66	R\$ 19.498.967,11	R\$ 17.696.200,23	R\$ 19.552.696,99

11. GESTÃO FINANCEIRA

A gestão financeira é realizada por gestão própria, com auxílio de uma consultoria financeira de investimentos onde adota um conjunto de ações e procedimentos administrativos que envolvem o planejamento, a análise e o controle das atividades.

Neste contexto, a Autarquia Municipal realiza as seguintes atividades para uma adequada gestão financeira:

- Receita;
- Despesa;
- Investimentos Financeiros.

11.1. Receita

Segue abaixo um levantamento das receitas previstas e arrecadadas para o exercício.

Descrição	Orçado	Até o Período
12150111000 - Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal	R\$ 4.440.000,00	R\$ 7.356.672,77
12150121000 - Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal	R\$ 21.000,00	R\$ 42.999,85
12150131000 - Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas - Principal	R\$ 4.000,00	R\$ 2.589,74
12150211000 - Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal	R\$ 8.518.962,45	R\$ 8.711.061,35
12155011000 - Contribuição Patronal - Servidor Civil - Inativo - Principal	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00
12155021000 - Contribuição Patronal - Servidor Civil - Pensionistas - Principal	R\$ 500,00	R\$ 0,00
13210401000 - Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	R\$ 3.467.966,77	R\$ 17.915.628,52
19239901000 - Outros Ressarcimentos	R\$ 100.000,00	R\$ 0,98
19990301000 - Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência - Principal	R\$ 100.000,00	R\$ 484.313,31
0712150211000 - Corrente Intraorçamentária - 12150211000 Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal	R\$ 8.462.962,45	R\$ 8.660.480,24
0719990101000 - Corrente Intraorçamentária - 19990101000 - Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social	R\$ 6.363.107,41	R\$ 6.384.901,05
TOTAL	R\$ 31.479.499,08	R\$ 49.558.647,81

Como pode ser observado que as principais receitas para manutenção das atividades dessa Autarquia Municipal são as contribuições dos servidores ativos, contribuições patronais e os rendimentos em aplicações financeiras. Durante o exercício de 2025 todo o seu ativo disponível aplicado em instituições financeiras, obedecendo aos critérios definidos em Resoluções do Conselho Monetário Nacional e devidamente observados pelo Ministério do Trabalho e Previdência, por meio de relatórios mensais sobre a lisura na aplicação destes recursos.

11.2. Despesa

O valor da despesa fixada para 2025 era de **23.016.536,63** (vinte e três milhões, dezesseis mil e quinhentos e trinta e seis e sessenta e três centavos.). No ano de 2025 foram gastos os valores de



Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - ES

R\$ 15.142.837,15 (Quinze milhões, cento e quarenta e dois mil, oitocentos e trinta e sete reais e quinze centavos.) com a despesa liquidada, representando o percentual de 65,80% (Sessenta e cinco vírgula oitenta por cento.) da despesa fixada, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Despesa Fixada: R\$ 23.016.536,63	
Liquidação Mensal	
Janeiro	R\$ 1.131.246,15
Fevereiro	R\$ 1.147.745,25
Março	R\$ 1.150.306,26
Abril	R\$ 1.246.229,75
Maio	R\$ 1.180.579,77
Junho	R\$ 1.214.476,97
Julho	R\$ 1.245.587,14
Agosto	R\$ 1.208.079,58
Setembro	R\$ 1.281.602,82
Outubro	R\$ 1.326.360,54
Novembro	R\$ 1.279.271,49
Dezembro	R\$ 1.731.351,43
Total	R\$ 15.142.837,15

11.3. Investimentos

11.3.1. Política Anual de Investimentos

A Política Anual de Investimentos da Autarquia tem como objetivo estabelecer as diretrizes das aplicações dos recursos garantidores dos pagamentos dos benefícios aos segurados do regime previdenciário, visando alcançar e ou superar a meta atuarial definida para garantir a manutenção do seu equilíbrio financeiro e atuarial, tendo sempre presentes os princípios de governança, segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

A Política Anual de Investimentos tem ainda como objetivo específico zelar pela eficiência na condução das operações relativas às aplicações dos recursos no mercado financeiro, buscando alocar os investimentos em instituições que possuem as seguintes características: solidez patrimonial, experiência positiva no exercício da atividade de administração de grandes volumes de recursos e em ativos com adequada relação de risco versus retorno.

Para o cumprimento dos objetivos e considerando as perspectivas do cenário econômico, em que a Política Anual de Investimentos estabeleceu a modalidade e os limites legais e operacionais, buscando a mais adequada alocação dos ativos, e atendendo aos normativos da Resolução CMN nº. 4.963 de 22/11/2021. A Política Anual de Investimentos de 2025 foi estruturada pelo Comitê de Investimentos, analisada e aprovada pelo Conselho Deliberativo, em reunião realizada no exercício anterior no dia 16 de dezembro de 2024.

11.3.2. Gestão dos Investimentos

Os rendimentos apurados foram no montante de ganhos e perdas apurados no exercício representam os seguintes valores:

Rendimentos apurados no exercício	R\$ 17.915.629,50
Perdas apuradas no exercício	R\$ 716.738,33
Saldo	R\$ 17.198.891,17

A meta atuarial para o presente exercício, conforme a Política Anual de Investimentos, determinava que os rendimentos tivessem o retorno esperado do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, acrescidos de taxa de juros real de 5,25% (cinco vírgula vinte e cinco por



Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - ES

cento). Considerando que o IPCA para o presente exercício foi de 4,26% (quatro vírgula vinte e seis por cento), e com isso somando-se a taxa de juros real que totalizou a meta atuarial de retorno no percentual de 9,74% (nove vírgula setenta e quatro por cento), e que esse percentual que finalizou como estabelecido como rendimento mínimo dos ativos vinculados nas diversas modalidades de aplicação no mercado financeiro. Conforme disposto em ata da reunião do Comitê de Investimentos, e após o encerramento da movimentação das aplicações financeiras, essa Autarquia obteve retorno em seus investimentos com rendimentos no percentual de 13,90% (treze vírgula noventa por cento), e que ficou acima da meta atuarial estabelecida final.

Essa Autarquia finalizou o exercício com saldo bancário de R\$ 145.323.899,75 (cento e quarenta e cinco milhões, trezentos e vinte e três mil, oitocentos e noventa e nove reais e setenta e cinco centavos), distribuídas em contas correntes e na sua grande maioria em contas de aplicações financeiras distribuídas em diversas carteiras no segmento de renda fixa e renda variável, assim distribuídas:

Instituição Bancária/Financeira	Nº. Conta	Conta Corrente	Aplicação
Banco do Brasil S/A	550.390-6	R\$ 2.660,29	R\$ 32.379.968,48
Banco do Brasil S/A	550.389-2	R\$ 0,00	R\$ 1.885.940,50
Banco Banestes S/A	710.048-0	R\$ 0,00	R\$ 15.063.225,29
Banco Banestes S/A	3.178.785-6	R\$ 0,00	R\$ 37.398.487,68
Caixa Econômica Federal	006.00000004-6	R\$ 792,59	R\$ 23.048.583,52
Caixa Econômica Federal	006.00071001-9	R\$ 0,00	R\$ 3.468.844,06
AZ Quest Small MID Caps FIC FIA(**)	0182/43848-1	R\$ 0,00	R\$ 214.593,34
Schroder Best Ideas FIA(**)	0128/36854-5 201	R\$ 0,00	R\$ 159.722,49
ARX Income Institucional FIC FIA(*)	35182	R\$ 0,00	R\$ 1.225.277,48
AZ Quest Bayes Sistemático Ações FIA(**)	399353	R\$ 0,00	R\$ 1.250.208,45
Icatu Vanguarda Long Biased FIM(*)	30745	R\$ 0,00	R\$ 2.007.959,05
Rio Bravo Proteção FIM(***)	38858	R\$ 0,00	R\$ 1.368.332,96
4Um Marlim Dividendos FIF Ações RL(*)	20793-4	R\$ 0,00	R\$ 166.416,27
Plural Dividendos Fundo Investimento Ações (*)	27587-5	R\$ 0,00	R\$ 171.736,69
Banco Safra S.A.	102342	R\$ 0,00	R\$ 7.358.022,13
Banco Bradesco S/A	0015700-7	R\$ 7,35	R\$ 1.258.491,70
Banco Daycoval S/A	0007225751	R\$ 0,00	R\$ 434.225,40
Banco Cooperativo Sicredi S/A	63209-3	R\$ 0,00	R\$ 1.121.510,45
Secretaria do Tesouro Nacional - STN - TP NTN-B 2032	9434347-8	R\$ 0,00	R\$ 15.336.651,11
Genial Investimentos Corretora de Valores Imobiliários S.A.	9434347-8	R\$ 2.242,47	R\$ 0,00
		R\$ 5.702,70	R\$ 145.318.197,05

* Os fundos de ações têm como seu Administrador a Bem Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda em que estão vinculados ao Banco Bradesco S/A.

** Os fundos de ações têm como seu Administrador a Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda em que estão vinculados ao Banco Itaú Unibanco S/A.

*** O fundo de ações têm como seu Administrador a BTG Pactual Serviços Financeiros em que estão vinculados ao Banco BTG Pactual S/A.

Assim como observado pelo Comitê de Investimentos, em sua análise anual sobre o cenário que apresentou uma rentabilidade no primeiro semestre de 7,39% (sete vírgula trinta e nove por cento), e no segundo semestre de 6,05% (seis vírgula zero cinco por cento).

11.3.3. Asset Liability Management - ALM

Foi elaborado no segundo semestre do ano de 2025 o Estudo do ALM pela Empresa I. F.



Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - ES

Atuarial Ltda. Esse Estudo de ALM visa em técnica fazer o gerenciamento dos riscos em busca de evitar que aconteçam um descasamento dos ativos existentes perante aos seus passivos. A elaboração desse estudo parte a partir dos modelos matemáticos dessa gestão que esses ativos possuem e dos passivos existentes, e que visam a busca pela gestão perante as taxas de juros desse passivo, e com isso buscando maximizar os melhores retornos de resultados dessa carteira de investimentos. A prática disso é de buscar uma rentabilidade estabelecida com os diferentes cenários possíveis nas alocações dos fundos que compõem a atual carteira de investimentos.

12. PERÍCIAS MÉDICAS REVISORAS

Com a legislação dada pela Lei Municipal nº. 2.561/2022 prevê a necessidade das perícias médicas revisoras, e que sejam realizadas por junta médica composta por 03 (três) médicos. Como a legislação é conjunta e prevendo a realização das perícias médicas para os servidores ativos, essa Autarquia Municipal manteve ações para que fosse incluída como Órgão participante no momento da realização do processo administrativo para contratação de empresa especializada para realizar as perícias médicas revisoras. Após o certame foi firmado o Contrato nº. 002/2023 com a Empresa Startar Serviços Ltda, CNPJ 47.096.823/0001-26.

As perícias médicas revisoras foram realizadas por meio da convocação pela Portaria nº. 014/2024 e Portaria nº. 016/2024, com a realização de 22 (vinte e dois) aposentados e 01 (um) pensionista. Nesse ano foram realizadas mais 02 (duas) perícias revisoras por junta médica oficial por requerimento sobre pedido de isenção de Imposto de Renda de Pessoa Física - IRPF.

13. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Conforme determina o Artigo 12, inciso V, Lei Complementar Municipal nº 2.643/2022 e suas alterações posteriores, essa Autarquia Municipal não poderia aplicar mais do que o percentual de até 2,3% (dois virgula três por cento) do valor total das remunerações dos segurados vinculados à Autarquia Municipal, relativo ao exercício financeiro anterior, assim sendo, para o cumprimento desta Lei, os valores apurados dessas remunerações no exercício anterior, confrontando com os valores efetivamente executados nas despesas administrativas no exercício de 2025.

De acordo com informações do Município, Fundo Municipal de Saúde, Poder Legislativo Municipal, e Autarquia Municipal, em que o montante apresentado foi de R\$ 67.227.371,12 (sessenta e sete milhões, duzentos e vinte e sete mil, trezentos e setenta e um reais e doze centavos), e aplicando ao limite legal representou o valor de R\$ 1.546.229,54 (um milhão, quinhentos e quarenta e seis mil, duzentos e vinte e nove reais e cinquenta e quatro centavos).

13.1. Relatório de Despesas Administrativas

Segue abaixo a demonstração das despesas administrativas apuradas em cumprimento ao limite estabelecido no período de janeiro a dezembro de 2025.

Despesas Administrativas Realizadas no Exercício de Competência			
Descrição da Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
Pessoal e Encargos	R\$ 587.849,80	R\$ 587.849,80	R\$ 584.780,46
Outras Despesas Correntes	R\$ 611.044,72	R\$ 599.244,72	R\$ 598.230,36
Investimentos	R\$ 539,80	R\$ 539,80	R\$ 539,80
Total	R\$ 1.199.434,32	R\$ 1.187.634,32	R\$ 1.183.550,62

Portanto, podemos verificar que as despesas administrativas estão inferiores ao limite



Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - ES

estabelecido, sendo utilizado as despesas liquidadas no montante no valor de **R\$ 1.187.634,32** (um milhão, cento e oitenta e sete mil, seiscentos e trinta e quatro reais e trinta e dois centavos), correspondente ao percentual de **1,77%** (um vírgula setenta e sete por cento) das respectivas **despesas administrativas liquidadas**, e em relação a taxa de administração anual, sendo utilizado as despesas empenhadas no montante no valor de **R\$ 1.199.434,32** (um milhão, cento e noventa e nove mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e trinta e dois centavos), resultou numa utilização das **despesas administrativas empenhadas** no percentual de **1,78%** (um vírgula setenta e oito por cento), ficando com o percentual inferior ao permitido, cumprindo com aquilo que está determinado pela legislação.

14. TRANSPARÊNCIA

A Autarquia Municipal preza pela transparência das informações públicas, seguindo as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente na parte alterada pela Lei de Transparência da Gestão Fiscal, pelas Leis Complementares Federais nº. 101/2000 e nº. 131/2009, ganhando força com o advento da Lei de Acesso à Informação dada pela Lei Federal nº. 12.527/2011. Neste contexto, são realizadas as seguintes atividades para a adequação de transparência:

- Portal de Transparência;
- Página Eletrônica Institucional;
- Diário Oficial AMUNES - Associação dos Municípios do Espírito Santo – DOM/ES.
- Diário Oficial do Estado do Espírito Santo – DIO/ES;
- Assembleia Geral Ordinária - AGO - Prestação de Contas Anual - PCA;
- Audiência Pública Anual.

Pela regulação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 2.643/2022 que vigorou a partir do ano de 2023, e atendendo a auditoria realizada pela Empresa Instituto de Certificação Qualidade Brasil – IQC Brasil, e pelo Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, Estados, Distrito Federal e Municípios – Pró-Gestão RPPS, realizando adequações que foram detectadas com pendências quando foi auditada para a obtenção no Nível I, e que foram alcançadas com essa reestruturação da legislação. Houve com essa legislação a criação dos cargos de carreira, com seus vencimentos, e durante o ano de 2025 efetivamos servidores aprovados pelo concurso público, com a publicação do Edital nº. 01/2023, em 28 de dezembro de 2023 e sua homologação que ocorreu em 28/06/2024.

15. REGULARIDADE TRIBUTÁRIA E PREVIDENCIÁRIA

A Autarquia Municipal busca cumprir mensalmente e semestralmente com a regularidade fiscal e previdenciária, com as certidões estando regulares, sem pendências ou débitos:

- Certidão Negativa de Tributos Federais;
- Certidão Negativa de Tributos Estaduais;
- Certidão Negativa de Tributos Municipais;
- Certidão de Regularidade de FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Certidão Falência e Concordata;
- Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP.

A renovação do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP ocorreram nas seguintes datas durante a Gestão Previdenciária em 2025:

ANO	1ª RENOVAÇÃO	2ª RENOVAÇÃO
-----	--------------	--------------



Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - ES

2025

08/06/2025

05/12/2025

16. CENSO PREVIDENCIÁRIO/RECADASTRAMENTO ANUAL/PROVA DE VIDA

Diante da Lei Municipal nº. 2.204/2019, o Censo Previdenciário, Recadastramento Anual e Prova de Vida vem sendo feito pelos aposentados e pensionistas, em mês específico, publicado por meio de Portaria. O Censo Previdenciário foi realizado no exercício de 2019, em que naquele exercício foi realizado no mesmo período toda a atualização dos dados pessoais por meio do Censo Previdenciário, e consequentemente a realização do Recadastramento Anual e Prova de Vida. Ocorreu durante a Gestão Previdenciária de 2025 o Recadastramento Anual com a Prova de Vida no seguinte período:

ANO	MODALIDADE	PERÍODO	CONVOCAÇÃO
2025	Recadastramento Anual / Prova de Vida	Mês de Agosto	Portaria Nº. 018/2025

17. INDICADOR DE SUFICIÊNCIA PREVIDENCIÁRIA-ISP/RPPS

O Índice de Situação Previdenciária - ISP/RPPS é apurado e divulgado anualmente pelo Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público - DRPSP, tendo por base as informações encaminhadas ao CADPREV e SICONFI, pelos Entes Federativos, até 31 de julho subsequente ao ano sob análise.

Quanto ao período de posição dos dados do ISP/RPPS, são tomados como referência para os cálculos dos indicadores, os seguintes demonstrativos, e encaminhados pelos Entes Federativos por meio do Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social - CADPREV até 31 de julho:

- Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA relativo ao exercício de cada ano anterior;
- Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN relativo ao exercício de cada ano, tendo por fundamento a política anual de investimentos elaborada até 31 de dezembro de cada ano;
- Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR relativos aos bimestres de cada ano;
- Demonstrativos de Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR relativos aos meses de cada ano.

Além dos dados do CADPREV o ISP-RPPS tem como fonte, e conforme previsto na Portaria SPREV nº. 14.762/2020, com as seguintes informações e demonstrativos encaminhados pelos Entes Federativos por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, até 31 de julho anualmente:

- Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO do 6º bimestre em cada ano;
- Matriz de Saldos Contábeis - MSC relativas aos meses em cada ano.

Durante o ano de 2025 foi alcançada a nota “B”, após termos alcançado a nota máxima no ano anterior, com reflexo da regressão dessa nota obtida no ano de 2024, com a avaliação dos quesitos individuais que passaram da nota “A” para nota “B”, e que refletiram na nota final geral “B”, e que são: **Indicador de Suficiência Financeira**; e **Classificação em Finanças e Liquidez**. Esses dois quesitos foram fundamentais na classificação final, pois os demais quesitos tiveram as mesmas notas obtidas em 2024, mas esses quesitos tiveram esse regresso na avaliação pelo fato dos recursos aplicados terem ficado abaixo da meta atuarial no ano de 2024. Pontuando que foram inseridos mais dois quesitos que foram introduzidos nas avaliações que passaram de dez (10) para doze (12), e nesses dois (2) novos



Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - ES

questitos introduzidos foi obtida a nota individual “A”, e esses questitos foram: **Indicador de Resultado Financeiro da Medida de Equacionamento de Déficit Atuarial**; e **Indicador de Sustentabilidade das Provisões em Relação à RCL ou Indicador de Comprometimento Atuarial da RCL**. Abaixo seguem demonstrados as notas recebidas nos últimos 04 (quatro) anos:

ANO	DATA DA PUBLICAÇÃO ISP/RPPS	NOTA FINAL
2022	07/12/2022	B
2023	10/10/2023	B
2024	03/12/2024	A
2025	04/12/2025	B

18. CURSOS, CAPACITAÇÕES E CERTIFICAÇÕES

Durante a Gestão de 2025 foram feitos cursos/treinamentos com noções básicas de economia e conceitos básicos sobre o RPPS, e concessão de benefícios, com a participação de Membros do Conselho Deliberativo, Membros do Conselho Fiscal, Membros do Comitê de Investimentos e Gestor de Recursos Financeiros, Dirigentes e Servidores. As participações que ocorreram constam na página eletrônica em Educação Previdenciária, em Relatório de Capacitação, e estando a relação das participações disponível em: www.ipssmj.es.gov.br.

Foram alcançadas as seguintes certificações de membros que estavam atuando e de novos membros que começaram em 01/04/2025 desde a entrada em vigor e como previsto pelo Art. 76 até o Art. 80 da Portaria MTP nº. 1.467/2022:

- Certificação Profissional RPPS - Dirigente = 03;
- Certificação Profissional RPPS - Conselho Deliberativo = 09;
- Certificação Profissional RPPS - Conselho Deliberativo/Fiscal = 02;
- Certificação Profissional RPPS - Conselho Fiscal = 03;
- Certificação Profissional RPPS - Gestor de Recursos Financeiros/Comitê de Investimentos = 04.

As certificações constam na página eletrônica em Controle Interno, em Capacitação e Certificação de Gestores. Documentos acessíveis em: www.ipssmj.es.gov.br.

19. CONSIDERAÇÕES

Diante ao que foi apresentado e buscando no cumprimento da Gestão Previdenciária durante o ano de 2025, e como demonstrado que esse ano tivemos um bom desempenho na rentabilidade da carteira de investimentos. Houve um retorno alcançado acima ao estipulado pela meta atuarial, e que tivemos bom retorno nos quatro trimestres, e o desempenho do primeiro semestre foi melhor que o segundo semestre do ano.

Foram credenciadas mais fundos em bancos autorizados pelo Banco Central do Brasil-Bacen, e com atuação no mercado financeiro e econômico, e consequentemente a adesão com alocação desses fundos de investimentos que compõem a carteira de investimentos, e visando sempre a busca pela maior diversificação na composição dos fundos de investimentos, e tivemos como estratégia em consonância com o Estudo Asset Liability Management - ALM a compra dos Títulos Públicos direto do Tesouro Nacional.

Foram alcançados com aprovação mais alguns membros na Certificação Profissional RPPS para Conselho Deliberativo com 02 (duas) certificações, e Conselho Deliberativo/Conselho Fiscal com 02 (duas) certificações, e Gestor de Recursos Financeiros/Comitê de Investimentos com 01 (uma) certificação, e Dirigente com 01 (uma) certificação, e a continuidade da capacitação dos Servidores, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, e do Comitê de Investimentos dos cursos e seminários, e pelos



Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - ES

eventos oferecidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - TCEES, com seu programa de capacitações denominado Encontro de Formação em Controle - Enfoc, e pelos eventos realizados pela Associação Capixaba dos Institutos de Previdência - ACIP, e acesso de cursos por estudo de maneira remota.

Nesse ano foi obtida a nota na avaliação do Indicador de Situação Previdenciária - ISP/RPPS, e alcançando a nota “B”, após termos conseguido no ano anterior a nota máxima “A”, mas que teve impacto com a avaliação dos quesitos individuais que passaram da nota “A” para nota “B”, e que refletiram na nota final geral “B”, e que são: Indicador de Suficiência Financeira; e Classificação em Finanças e Liquidez. Esses dois quesitos foram fundamentais na classificação final, pois tiveram essa avaliação individual piorada devido os recursos aplicados terem ficado abaixo da meta atuarial no ano de 2024, mas os demais quesitos tiveram as mesmas notas obtidas em 2024, e além de terem sido introduzidos dois (2) novos quesitos que foi obtida a nota individual “A”, e esses quesitos foram: **Indicador de Resultado Financeiro da Medida de Equacionamento de Déficit Atuarial; e Indicador de Sustentabilidade das Provisões em Relação à RCL ou Indicador de Comprometimento Atuarial da RCL.**

Essa Autarquia Municipal veio buscando gradativamente no decorrer do ano anterior e durante o primeiro semestre do ano de 2025 a adequação das ações e requisitos que faltavam para mudança de nível para a sua Certificação no **Programa Institucional do Manual do Pró-Gestão RPPS**, com migração para o **NÍVEL II**. Foi concedida a certificação pela Empresa: **INSTITUTO TOTUM DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA**, CNPJ 05.773.229/0001-82, São Paulo - SP, em que foi celebrado o contrato nº. 001/2025 entre ambas as partes para a certificação almejada no **Nível II**, e que foi concedida em **03/06/2025**, com validade até o dia **03/06/2028**.

Nesse ano tivemos informações solicitadas por meio de fiscalização e acompanhamento pelo controle externo do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - TCEES, com informações solicitadas dos Regimes Próprios de Previdência Social-RPPS, e que geraram documentos significativos. Citamos os seguintes documentos do TCEES: Ofício nº. 00859/2025-8-19/03/2025 - Base Cadastral RPPS; Ofício nº. 04264/2025-1-03/12/2025 - Fiscalização e Acompanhamento Avaliações Atuariais.

Santa Maria de Jetibá-ES, 06 de março de 2026.

David Raasch

Presidente Executivo

Decreto Municipal nº. 004/2025

CP RPPS – Totum CP RPPS DIRIG RPPS I nº. 139797998672607

CP RPPS – Totum CP RPPS CGINV I nº. 139797998672702

Silvana Gumz

Diretora Administrativa e Financeira

Decreto Municipal nº. 005/2025

CP RPPS – Totum CP RPPS DIRIG RPPS I nº. 327339935082906



Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - ES

Sandra Mara Toepfer de Mattos

Presidente Conselho Deliberativo

Decreto Municipal nº. 055/2025

CP RPPS – Totum CP RPPS CODEL I nº. 104294566842608

Glaucia Schulz

Secretária Geral

Decreto Municipal nº. 021/2026

Adriano Haese

Membro

Decreto Municipal nº. 055/2025

CCP RPPS – Faculdade ANASPS CODEF II - Registro nº. 15-Folha 01-Livro 01

Hoquécio Pinheiro Lopes

Membro

Decreto Municipal nº. 055/2025

CP RPPS – Totum CP RPPS CODEL I nº. 319290064072904

Jacson Herbst

Membro

Decreto Municipal nº. 055/2025

CP RPPS – Totum CP RPPS CODEL I nº. 675098779462905